



Semana: 06 a 10 de novembro de 2017

Números da semana:
STF:

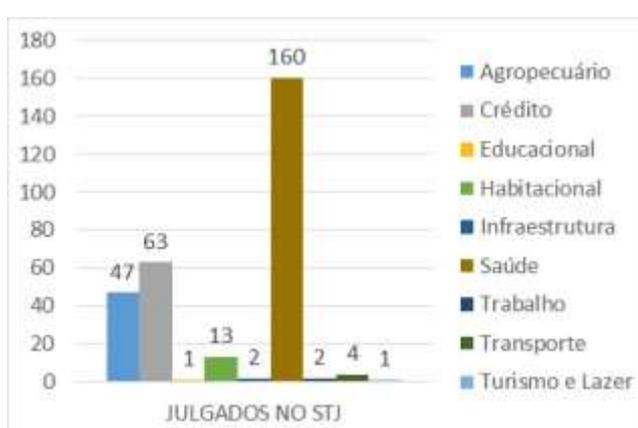
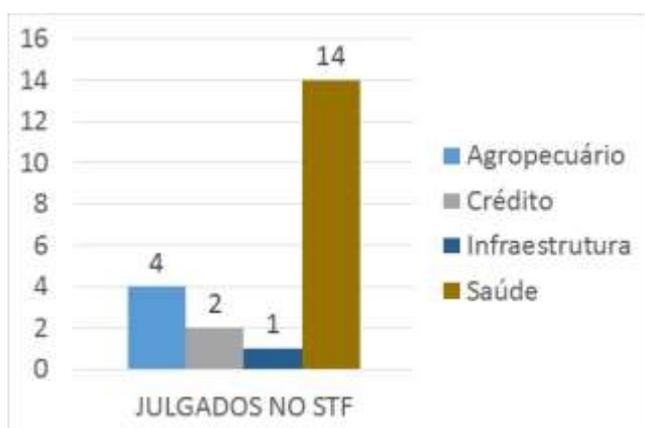
Recursos distribuídos: 03

Recursos julgados: 21

STJ:

Recursos distribuídos: 216

Recursos julgados: 2943



Destaque



STF retoma julgamento do Novo Código Florestal.

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou no dia 08/11/2017 o julgamento das ações que discutem a constitucionalidade de diversos dispositivos do Novo Código Florestal (NCF), a Lei 12.651/12.

Toda a sessão foi dedicada apenas à leitura do voto do Ministro Luiz Fux, na condição de Relator dos processos. Não houve manifestação de nenhum dos demais integrantes do STF, pois, logo após o voto do Relator, o julgamento foi suspenso em razão de pedido de vista apresentado pela Ministra Carmen Lúcia, não havendo data predefinida para que o assunto retorne à pauta do STF.

Em termos concretos, somente com a manifestação de todos os Ministros é que será possível conhecer o resultado final do julgamento. Porém, o voto proferido pelo Ministro Relator costuma ter relevância, pois é dele a responsabilidade de conduzir o processo e aprofundar sua análise.

De modo geral, o voto do Ministro Fux considerou constitucional a maioria dos dispositivos que haviam sido questionados nas ações, com fundamento na necessidade de prestigiar a

legitimidade da discussão realizada pelo Poder Legislativo, durante a tramitação e votação do NCF.

CONSTITUCIONALIDADE

De acordo com o voto do Ministro Fux, pontos importantes do NCF devem ser considerados constitucionais, entre os quais:

- o tratamento diferenciado para pequenas propriedades rurais, assim entendidos os imóveis com área de até 4 módulos fiscais (art. 3º, parágrafo único);
- a inexistência de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, bem como naqueles que tenham superfície inferior a um hectare (art. 4º, §§ 1º e 4º);
- a viabilidade da realização de culturas de vazante e a prática de aquicultura nas margens de cursos d'água (art. 4º, §§ 5º e 6º);
- a possibilidade de redução dos percentuais de Reserva Legal (RL) em municípios ou estados que já sejam significativamente atingidos por unidades de conservação ou terras indígenas (art. 13 e art. 14);
- a autorização para incluir a APP no cálculo da RL (art. 15);
- a previsão de regras diferenciadas para a regularização de atividades agropecuárias realizadas em áreas rurais consolidadas, com limites específicos de APP (art. 61-A);
- a continuidade de atividades agrícolas e pecuárias em regiões com declividade (art. 11 e art. 63);
- a possibilidade de cumprir as obrigações relativas à RL em outros imóveis, ainda que em Estado diverso, desde que ambas as áreas estejam localizadas no mesmo bioma (art. 66);
- a dispensa de recomposição de RL nas pequenas propriedades que tenham áreas rurais consolidadas (art. 67);
- a garantia de que as exigências relativas à RL devem levar em consideração a legislação vigente no momento em que tenha ocorrido a supressão de vegetação no imóvel rural (art. 68).

INCONSTITUCIONALIDADE

Houve, porém, alguns dispositivos para os quais o Ministro Fux vislumbrou a existência de inconstitucionalidade. Por exemplo, em seu voto, ficou explicitado que o regime de APP se aplica também para as nascentes intermitentes (e não apenas para as perenes).

Além disso, o Ministro Relator considerou inconstitucionais as regras do NCF que admitem a possibilidade de dispensa do pagamento de multas administrativas e a suspensão de processos criminais relativos à supressão de vegetação em APP e RL ocorridos em áreas rurais consolidadas.

COOPERATIVISMO

Na avaliação do Sistema OCB, o voto do Ministro Fux, ressalvados aspectos pontuais, conseguiu contemplar o desafio de harmonizar proteção do meio ambiente e a produção de alimentos, levando em consideração os impactos da legislação ambiental para a diversidade de direitos fundamentais envolvidos (ecológicos, sociais e ambientais).

Comentário: "O voto do Ministro Fux, caso seja seguido pelos demais integrantes do STF, vai preservar a aplicação das principais inovações legislativas inseridas no Novo Código Florestal. A começar pela legitimidade do tratamento diferenciado destinado à pequenas propriedades rurais, assim entendidas aquelas com área de até 4 módulos fiscais (art. 3º, parágrafo único), inclusive para fins de regularização de áreas rurais consolidadas (art. 61-A). Além disso, o voto do Ministro Relator também considerou constitucionais diversos mecanismos destinados ao cumprimento de obrigações ambientais, tais como a possibilidade de computar a APP no cálculo da Reserva Legal (art. 15), de reduzir o percentual de Reserva Legal em imóveis situados em Estados ou Município já significativamente atingidos por unidades de conservação ou terras indígenas (art. 13 e art. 14), de compensar áreas de Reserva Legal em outros imóveis, localizados no mesmo bioma (art. 66), de dispensar a recomposição da Reserva Legal em pequenas propriedades rurais com áreas consolidadas (art. 67) e de observar a legislação vigente ao tempo da supressão de vegetação, para fins de determinação do percentual de Reserva Legal (art. 68).



Leonardo Papp

Consultor Jurídico da OCB em questões ambientais.

Há, porém, questões do voto do Ministro Relator que precisam ser melhor esclarecidas, no que se refere ao alcance prático. É o caso do dispositivo que trata dos Programas de Regularização Ambiental (art. 59), pois, enquanto a leitura do voto indicou a declaração de inconstitucionalidade apenas da previsão que dispensa o pagamento pecuniário em determinadas multas ambientais (§§ 4º e 5º), a Ministra Presidente, ao realizar o anúncio do resultado parcial, indicou que teria sido declarado inconstitucional a integralidade do dispositivo (art. 59), o que produziria efeitos diversos dos apontados pelo Ministro Relator. Resta, portanto, aguardar a retomada do julgamento, na expectativa de que o STF tenha compreendido que o Novo Código Florestal é instrumento legítimo e adequado para a busca de compatibilização entre proteção ambiental e produção de alimentos. O primeiro voto proferido (embora seja passível de ressalvas e demanda esclarecimentos pontuais) pode ser compreendido como um passo nessa direção."



Supremo Tribunal Federal

Assunto: Incompetência do ente municipal para legislar sobre energia elétrica e definição de termos da exploração do serviço de seu fornecimento, inclusive sob regime de concessão, por se tratar de matéria privativa da União.



DECISÃO: (...) A irresignação não merece prosperar. O Município de Peruíbe alega a constitucionalidade e a competência legislativa para cobrança de preço público, prevista na Lei Municipal 2.504/04, em razão da ocupação do solo urbano pelo sistema de posteamento pela rede de energia elétrica.

O Tribunal de origem declarou a inconstitucionalidade da Lei Municipal 2.504/04, regulamentada pelo Decreto nº 2.684/06 que instituiu o referido preço, porquanto ausente, no caso, qualquer serviço público ou atividade empresarial que justifique o lançamento e a cobrança em exame.

Com efeito, a decisão do juízo a quo não divergiu da orientação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que as competências para legislar sobre energia elétrica e para definir os termos da exploração do serviço de seu fornecimento, inclusive sob regime de concessão, cabem privativamente à União, nos termos dos art. 21, XII, “b”; 22, IV e 175 da Constituição. (...)

Ademais, deve-se observar que referido entendimento está conforme decisão proferida pelo Plenário deste Tribunal em sede de repercussão geral. Confira-se: (...)

Quando do julgamento dos respectivos embargos de declaração, esta Corte assentou “a impossibilidade de cobrança de taxa, espécie de tributo, pelos municípios em razão do uso do espaço público municipal”.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso, nos termos do art. 932, IV, b, do Código de Processo Civil, c/c o art. 21, § 1º do RISTF. Publique-se.

(STF, ARE 1034209, Rel. MIN. EDSON FACHIN, DJE 07/11/2017)

Clique e acesse
a decisão na íntegra



Superior Tribunal de Justiça

Assunto: Legalidade das cláusulas que preveem as possibilidades de reajuste do plano de saúde, seja por variação de custos ou por aumento de sinistralidade, e de rescisão unilateral do contrato coletivo de saúde.



AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. ART. 535 DO CPC/73. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. POSSIBILIDADE DE REAJUSTE DA MENSALIDADE EM DECORRÊNCIA DO AUMENTO DA SINISTRALIDADE. AUSÊNCIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA QUE AUTORIZA A RESCISÃO UNILATERAL. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 535, II, do CPC/1973. Isso porque, embora não providos os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. 2. A jurisprudência do STJ firmou entendimento que é possível o reajuste dos contratos de saúde coletivos, sempre que a mensalidade do seguro ficar cara ou se tornar inviável para os padrões da empresa contratante, seja por variação de custos ou por aumento de sinistralidade. 3. O entendimento consolidado nesta Corte é no sentido de ser possível a rescisão unilateral do contrato coletivo de saúde, uma vez que a norma inserta no art. 13, II, b, parágrafo único, da Lei 9.656/98 aplica-se exclusivamente a contratos individuais ou familiares. Precedentes. 4. Agravo interno não provido.

(STJ, REsp nº 1.117.120/SP, Rel. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 06/11/2017)

Clique e acesse
a decisão na íntegra



Assunto: Inexistência de responsabilidade solidária entre os bancos cooperativos e cooperativas de crédito a ele vinculadas.



DECISÃO: (...) O Tribunal de origem concluiu que "há solidariedade entre o BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A - BANCOOB e as cooperativas de crédito a ele vinculadas, atraindo para si a responsabilidade pelo adimplemento de eventuais valores depositados pelos cooperados em cooperativas de crédito liquidadas ou inadimplentes" (e-STJ fl. 876).

Contudo, tal entendimento está em confronto com a jurisprudência do STJ, para qual inexistente "responsabilidade solidária entre o Banco Cooperativo do Brasil e as cooperativas singulares, a quem prestava determinados serviços, pelos danos decorrentes da má administração levada a efeito pelas cooperativas e a indisponibilização de valores depositados em contas-correntes" (AgInt no REsp n. 1485754/ES, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/6/2017, DJe 2/8/2017). Confira-se a ementa do referido julgado: (...)

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para julgar improcedente o pedido em face do BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A - BANCOOB. (...)

(STJ, REsp nº 1.458.856/ES, Rel. MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 06/11/2017)

Clique e acesse
a decisão na íntegra



Assunto: Impossibilidade de reembolso de despesas efetuadas com profissional de saúde não credenciado quando comprovado a existência de estabelecimento credenciado no local.



CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCP. UNIMED PALMAS. PLANO DE SAÚDE. JULGAMENTO EXTRA PETITA . NÃO CONFIGURAÇÃO. LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ATENDIMENTO. REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO EM HOSPITAL NÃO CONVENIADO. REQUISITOS PARA CABIMENTO DO CUSTEIO. EXISTÊNCIA DE ESTABELECIMENTO ADEQUADO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA OPERADORA CONTRATADA. ART. 12, VI, DA LEI Nº 9.656/98. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO, EM PARTE.

(STJ, AREsp nº 1.170.106/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 31/10/2017)

Clique e acesse
a decisão na íntegra



Assunto: Limitação do reembolso de despesas efetuadas com profissional de saúde não conveniado às situações excepcionais.



DECISÃO: (...) Com efeito, a jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de que, salvo disposição contratual diversa, somente em casos excepcionais, como inexistência de estabelecimento credenciado no local, situação de urgência ou emergência, ou mesmo impossibilidade de utilização dos serviços próprios da operadora em razão de recusa injustificada, é admitido o reembolso de despesas efetuadas com profissional de saúde não conveniado, nos termos do art. 12, VI, da Lei nº 9.656/98. (...)

Na espécie, a recorrente não autorizou a cirurgia de “artroplastia através de discopexia do disco articular direito”, necessária para o tratamento de “Disfunção Temporo-Mandibular”, em virtude de ter sido solicitada por médico não credenciado, e a situação não se enquadrava em nenhuma hipótese legal de reembolso. Logo, a operadora não pode ser obrigada a custear o procedimento solicitado.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e dar-lhe provimento para julgar improcedente o pedido formulado na petição inicial, invertidos os ônus de sucumbência, observado o benefício da justiça gratuita, se for o caso. (...)

(STJ, REsp nº 1.174.170/SP, Rel. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 07/11/2017)

Clique e acesse
a decisão na íntegra



Assunto: Legalidade da cláusula contratual que prevê a coparticipação do segurado.



DECISÃO: (...) No caso dos autos, o Tribunal de origem concluiu que "havendo a necessidade de internação da consumidora, além de trinta dias, não pode impor à parte autora/apelada, a cobrança da coparticipação, ante a sua manifesta abusividade e ilegalidade" (fl. 244, e-STJ).

Com efeito, tal conclusão diverge do entendimento desta Corte no sentido de que "não é abusiva a cláusula de coparticipação expressamente contratada e informada ao consumidor, para a hipótese de internação superior a 30 (trinta) dias decorrente de transtornos psiquiátricos, pois destinada à manutenção do equilíbrio entre as prestações e contraprestações que envolvem a verdadeira gestão de custos do contrato de plano de saúde" (AgInt no AREsp 774.936/DF, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 13/9/2016, DJe 21/9/2016). (...)

Nesse contexto, a dissonância do aresto combatido com a jurisprudência dominante desta Corte atrai a incidência da Súmula nº 568/STJ.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para julgar improcedente a demanda, ficando invertidos os ônus da sucumbência, observando o benefício da justiça gratuita, se for o caso.

(STJ, REsp nº 1.699.523/MG, Rel. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 07/11/2017)

Clique e acesse
a decisão na íntegra



Assunto: Inexistência de direito do ex-empregado aposentado à permanência como beneficiário de plano de saúde coletivo custeado exclusivamente pelo empregador.



CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PLANO DE SAÚDE. DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA DE EX-EMPREGADO APOSENTADO. MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA. ART. 31 DA LEI Nº 9.656/98. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO. CONTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA DO EMPREGADOR. COPARTICIPAÇÃO DO BENEFICIÁRIO.

IRRELEVÂNCIA. FATOR DE MODERAÇÃO. SALÁRIO INDIRETO. DESCARACTERIZAÇÃO. PRECEDENTE DESTA CORTE. APELO NOBRE PROVIDO.

(STJ, REsp nº 1.702.530/SP, Rel. MINISTRO MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 07/11/2017)

Clique e acesse
a decisão na íntegra



Giro nos Tribunais Estaduais

Assunto: Validade da cláusula contratual que prevê coparticipação de 50% a partir do 31º dia de internação desde que seja escrita de forma clara e expressa.



APELAÇÃO - PLANO DE SAÚDE - Ação de obrigação de fazer cc danos morais - Pretensão de custeio integral de internação psiquiátrica por tempo indeterminado - Validade da cláusula contratual que prevê coparticipação de 50% a partir do 31º dia de internação - A legislação aplicável admite a configuração de planos de saúde com cláusula de coparticipação, inclusive para todos os procedimentos utilizados, desde que contratados de forma clara e expressa - Regime de coparticipação que não caracteriza limitação temporal da internação hospitalar - Não incidência da súmula nº 302, do C. STJ, aos casos de previsão contratual de sistema de coparticipação em internações psiquiátricas - Distinguishing - Precedente do C. STJ - Sentença de procedência reformada, para reconhecer a validade da cláusula contratual e julgar improcedente a demanda, com a inversão dos ônus da sucumbência - DERAM PROVIMENTO AO RECURSO.

(TJSP; Apelação 1007130-02.2015.8.26.0292; Relator (a): Alexandre Coelho; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Privado; Foro de Paraibuna - Vara Única; Data do Julgamento: 08/11/2017; Data de Registro: 10/11/2017)

Assunto: Inadmissibilidade de pretensão de reembolso integral de despesas médicas realizadas fora da rede credenciada, que deve se dar nos limites dos valores que seriam suportados pela operadora de plano de saúde.



Plano de saúde – Indenizatória – Pretensão de ressarcimento de danos matérias decorrentes de atendimento suportado em hospital não pertencente à rede credenciada do plano de saúde – Improcedência – Inconformismo Acolhimento em parte - Preliminar de cerceamento de defesa não caracterizada - Ilegitimidade passiva de parte não reconhecida - Ausência de estabelecimento pertencente à rede credenciada, em condições de ministrar o tratamento de que necessitava o beneficiário – Doença grave e de atendimento urgente - Circunstâncias que não autorizam a livre escolha de hospital, se é indicado local apto ao tratamento e compatível com o plano de saúde contratado – Possibilidade de reembolso nos limites dos valores que seriam suportados, caso o tratamento fosse realizado na rede credenciada – Necessidade de se evitar o enriquecimento ilícito – Sucumbência repartida - Ação julgada procedente em parte – Recurso provido em parte.

(TJSP; Apelação 1101603-42.2013.8.26.0100; Relator (a): Grava Brazil; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 30ª Vara Cível; Data do Julgamento: 08/11/2017; Data de Registro: 10/11/2017)

Assunto: Legalidade da exigência de aprovação em processo seletivo para ingresso no quadro social de cooperativa médica.



Apelação. Cooperativa. Exigência de processo seletivo que se mostra compatível com a Lei e o estatuto social. Precedentes. Caso em que o autor foi reprovado em concurso para realizar o curso, cuja conclusão é requisito para ingresso nos quadros da ré. Possibilidade de que a cooperativa exija a prévia aprovação ao seu processo seletivo (art. 29, caput, da Lei nº 5.764/71). Recusa regular. Sentença reformada. Recurso provido.

(TJSP; Apelação 1018517-29.2016.8.26.0114; Relator (a): Hamid Bdine; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Campinas - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 13/09/2017; Data de Registro: 09/11/2017)

Assunto: Relativização da ordem de nomeação de bens à penhora se justifica em hipóteses excepcionais por força da Súmula 417/STJ.



Agravo de instrumento - Execução de título extrajudicial - Nomeação de bem à penhora - Rejeição - Possibilidade - Inobservância da ordem estabelecida no artigo 835, do CPC - Recusa justificada do exequente - Decisão mantida - Recurso desprovido.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2173002-84.2017.8.26.0000; Relator (a): Irineu Fava; Órgão Julgador: 17ª Câmara de Direito Privado; Foro de Guaíra - 1ª Vara; Data do Julgamento: 06/11/2017; Data de Registro: 06/11/2017)

Assunto: Possibilidade de recusa de caução oferecida por devedor que se mostra inidônea.



TUTELA ANTECIPADA - Protesto de título e inclusão do nome em rol de inadimplentes - Indeferimento da caução oferecida - Hipótese que se trata de título executivo, cuja inexigibilidade pende de discussão e amplo contraditório - Caução oferecida que não se mostra idônea, devendo ser oferecido bem que possa garantir o juízo - Recurso não provido.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2175619-17.2017.8.26.0000; Relator (a): Heraldo de Oliveira; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Foro de Guarulhos - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 06/11/2017; Data de Registro: 06/11/2017)

Assunto: Caracterização de excesso de execução quando há a penhora de todos os créditos da cooperativa por se tratar de constrição que impacta a manutenção das atividades da sociedade.



Agravo de instrumento. Execução de título extrajudicial. Decisão agravada que determinou o bloqueio de todos os créditos que a Cooperativa Executada tem a receber, em razão de contrato firmado com o Estado do Tocantins. Insurgência. Parcial acolhida. Demonstração de que foram realizadas inúmeras tentativas de localização de bens dos Executados, sem êxito. Execução que deve atender ao interesse do credor na satisfação do seu crédito (art. 797 do CPC), mas também não pode inviabilizar a atividade da Executada. Bloqueio determinado que se assemelha à penhora do faturamento da empresa, de modo que de rigor seja estabelecido um percentual, ora fixado em 10% de todos os valores devidos mensalmente à ora Agravante. Recurso parcialmente provido.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2177118-36.2017.8.26.0000; Relator (a): João Pazine Neto; Órgão Julgador: 37ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 24ª Vara Cível; Data do Julgamento: 07/11/2017; Data de Registro: 07/11/2017)

Assunto: Prevalência dos interesses da coletividade de cooperados sobre o interesse individual e próprio de cada um.



ACÇÃO DE COBRANÇA. COOPERATIVA. LEI 5.764/71. PRELIMINAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRODUÇÃO DE PROVA. PRECLUSÃO. ÔNUS DA PROVA. ART. 373, I DO CPC/2015. DANO MORAL. MERO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL INCAPAZ DE GERAR ABALO INDENIZÁVEL.

1. A ausência de pedido de produção de provas em momento oportuno é incompatível com a alegação de cerceamento de defesa, ante a configuração da preclusão. Preliminar rejeitada.
2. O vínculo entre as partes é regido pela Lei nº 5.764/71, segundo a qual o contrato de sociedade cooperativa é estabelecido entre pessoas que se obrigam a contribuir em prol de um objetivo comum, sem qualquer finalidade de lucro. Por isso, os interesses e vantagens pessoais dos cooperados não se sobrepõem aos da coletividade.
3. Nos termos do art. 373, I do CPC/2015, é dever do autor comprovar os fatos constitutivos do seu direito. Verificando-se que a apelante não se desincumbiu do ônus da prova, a improcedência é medida que se impõe.
4. No contexto da responsabilidade civil subjetiva, a inexistência de ato ilícito afasta o dever de indenizar (art. 927 do CC).
5. Recursos conhecidos, preliminar rejeitada e, no mérito, desprovidos.

(TJDFT, Acórdão n.1057261, 20161410000818APC, Relator: DIAULAS COSTA RIBEIRO 8ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 26/10/2017, Publicado no DJE: 06/11/2017. Pág.: 458/459)

Assunto: Impossibilidade de acolhimento do pedido de compensação de dívidas quando indemonstrado se tratar de débitos de idêntica natureza.



APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DA CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVAS. 1. Os embargos à execução, em regra, não possuem efeito suspensivo, podendo este ser atribuído apenas quando verificados os requisitos descritos no art. 919, § 1º CPC/15. Não observados tais pressupostos, o indeferimento do pedido de efeito suspensivo aos embargos é medida que se impõe. 2. Cabe ao embargante, ao alegar excesso de execução, apontar o valor que entende devido e apresentar a memória do cálculo, sob pena de rejeição da alegação, conforme dispõe o § 3º do art. 917 do CPC/15. 3. O pedido de compensação de dívidas não merece ser acolhido quando não restar provado nos autos que os débitos da parte adversa são de idêntica natureza (artigo 369 do Código Civil). 4. Cabe a parte autora o ônus da prova dos fatos constitutivos do seu direito. Não o fazendo, a improcedência dos pleitos é medida que se impõe. Apelação cível desprovida.

(TJGO, Apelação (CPC) 0320135-06.2015.8.09.0002, Rel. MAURICIO PORFIRIO ROSA, 2ª Câmara Cível, julgado em 07/11/2017, DJe de 07/11/2017)

Assunto: Não configuração de dano moral, pela negativa de cobertura pelo plano de saúde, quando fundada na ausência de previsão contratual.



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REALIZAÇÃO DE ANGIOGRAFIA POR CATETERISMO NO CÉREBRO. ANEURISMA SACULAR. PROCEDIMENTO NÃO INCLUÍDO NO PLANO AMBULATORIAL CONTRATADO. SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA. DANOS MORAIS. DESCABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. 1. Evidenciada a emergência e a necessidade do tratamento descabe falar-se em violação das cláusulas contratadas pelo segurado, diante do permissivo legal previsto no art. 35-C da Lei nº 9.656/98. 2. Diante da ausência de previsão contratual natural, a negativa da operadora do plano de saúde acerca do procedimento médico solicitado, não havendo falar em ato ilícito e abalo moral, de consequência descabida a condenação daquela ao pagamento de indenização por danos morais. 3. Quanto ao prequestionamento, embora o órgão julgador esteja obrigado a se expressar a respeito de cada argumentação este não precisa se manifestar sobre cada artigo ou Súmula relacionados à matéria. Apelação conhecida e parcialmente provida. Sentença reformada.

(TJGO, Apelação (CPC) 0220353-44.2013.8.09.0051, Rel. ITAMAR DE LIMA, 3ª Câmara Cível, julgado em 06/11/2017, DJe de 06/11/2017)

Assunto: Possibilidade de capitalização mensal de juros, desde que pactuada de forma expressa e clara.



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ÀS COOPERATIVAS DE CRÉDITOS - LEGALIDADE DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS - JUROS DE MORA INCIDÊNCIA DESDE A CITAÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. As normas do Código de Defesa do Consumidor são aplicáveis às cooperativas de crédito. É permitida a capitalização mensal de juros, se pactuada de forma expressa e clara, em contratos firmados após 31.3.2000, ou quando o índice anual de juros avençado for superior ao duodécuplo da taxa mensal. Na ação monitória, de regra, os juros de mora fluem a partir da citação.

(TJMS. Apelação n. 0003788-54.2010.8.12.0004, Amambai, 4ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Claudionor Miguel Abss Duarte, j: 08/11/2017, p: 09/11/2017)

Assunto: Legalidade da cobrança, pelo plano de saúde, de taxa administrativa, conforme previsão contratual.



RECURSO INOMINADO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE COBRANÇA INDEVIDA C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO - PLANO DE SAÚDE - COBRANÇA DE TAXA ADMINISTRATIVA - PREVISÃO CONTRATUAL - LEGALIDADE - SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

(TJMS. Recurso Inominado n. 0806489-78.2017.8.12.0110, Juizado Especial Central de Campo Grande, 2ª Turma Recursal Mista, Relator (a): Juíza Elisabeth Rosa Baisch, j: 08/11/2017, p: 09/11/2017)

Assunto: Impossibilidade de concessão de tutela de urgência para obrigar o plano de saúde ao custeio de internação domiciliar quando evidente a discricionariedade do consumidor em não contratar tal serviço.



AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - TUTELA DE URGÊNCIA - INTERNAÇÃO DOMICILIAR (HOME CARE) - PLANO DE SAÚDE - FALTA DE PREVISÃO CONTRATUAL - DISCRICIONARIEDADE DO CONSUMIDOR EM, EXPRESSAMENTE, NÃO CONTRATAR O SERVIÇO, COM OBJETIVO DE DISPENDER UMA CONTRAPRESTAÇÃO FINANCEIRA REDUZIDA - OPERADORA QUE EXERCE ATIVIDADE ECONÔMICA - PERIGO DE INVIABILIDADE DO FUNCIONAMENTO - AUSENTES OS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 300 DO CPC - DECISÃO SINGULAR MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A tutela de urgência deve ser concedida quando presentes todos os requisitos previstos na legislação aplicável à matéria

(TJMS. Agravo de Instrumento n. 1409332-06.2017.8.12.0000, Dourados, 5ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, j: 07/11/2017, p: 09/11/2017)

Assunto: Possibilidade de rescisão unilateral do contrato de plano de saúde coletivo realizado mediante fraude.



APELAÇÃO - RECURSO DA PARTE AUTORA - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - PLANO DE SAÚDE COLETIVO - CONTRATANTE NÃO FILIADO À ASSOCIAÇÃO COMERCIAL - RESOLUÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO PELA UNIMED - POSSIBILIDADE ANTE A VERIFICAÇÃO DE FRAUDE - POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS QUE SOMENTE EXISTIRIA CASO HOUVESSE PRÉVIO VÍNCULO EMPREGATÍCIO - INEXISTENTE A FACULDADE DE O BENEFICIÁRIO MANTER O PLANO DE SAÚDE NAS MESMAS CONDIÇÕES, AUSENTE O VÍNCULO DE EMPREGO - FRAUDE CONFIGURADA - DANO MORAL NÃO CONFIGURADO - RECURSO NÃO PROVIDO. É facultada a manutenção do plano de saúde aderido na modalidade coletiva na constância de relação de trabalho, inclusive em relação aos dependentes, após a rescisão do vínculo empregatício, convertendo-o em individual e resguardando-se o direito às mesmas condições de quando vigia o vínculo trabalhista, contudo, no caso dos autos, nunca existiu vínculo entre as partes. O contrato realizado pela autora decorreu de fraude, pois ela nunca fez parte da associação comercial de Aparecida do Taboado. Verificado que o contrato de plano de saúde coletivo foi realizado mediante fraude, há a possibilidade de rescisão unilateral. Não se verifica a ocorrência de dano moral se presente a fraude contratual. Recurso não provido.

(TJMS. Apelação n. 0801170-67.2015.8.12.0024, Aparecida do Taboado, 1ª Câmara Cível, Relator (a): Des. João Maria Lós, j: 07/11/2017, p: 08/11/2017)

Assunto: Licitude da inscrição do nome do consumidor em cadastros de proteção ao crédito, ante a ausência de pagamento de mensalidade.



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE C/C INDENIZATÓRIA - PRELIMINAR DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - REJEITADA - PRELIMINARES DE INOVAÇÃO RECURSAL E OFENSA A COISA JULGADA ANALISADAS COM O MÉRITO - PLANO DE SAÚDE - TUTELA PROVISÓRIA DEFERIDA PARA QUE A REQUERIDA PROCEDESSE A PORTABILIDADE DO PLANO - AUTORA QUE RECEBEU AS CARTEIRINHAS DO PLANO - AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DA MENSALIDADE - INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DANOS MORAIS INDEVIDOS - EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO - RECURSO DESPROVIDO. Constatado nas razões recursais que o apelante apresentou impugnação aos fundamentos da sentença, pleiteando sua reforma, rejeita-se a preliminar de não conhecimento do recurso por ofensa ao princípio da dialeticidade. Se a requerida cumpriu devidamente a liminar, realizando a portabilidade do plano e disponibilizando as novas carteirinhas à autora, a ausência de pagamento da mensalidade pelo consumidor enseja a inserção do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, não havendo falar em ato ilícito, e sim exercício regular de um direito do credor.

(TJMS. Apelação n. 0836814-09.2016.8.12.0001, Campo Grande, 3ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Eduardo Machado Rocha, j: 07/11/2017, p: 08/11/2017)

Assunto: Impossibilidade de antecipação dos efeitos da tutela quando se encontrar pendente a instrução probatória, bem como o exercício dos direitos ao contraditório e à ampla defesa.



EMENTA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM SEDE DE AÇÃO CIVIL C/C PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. PLEITO DE REFORMA DE

PARCELA DO DECISUM CUJO CONTEÚDO INDEFERE REQUERIMENTO DOS RECORRENTES DE ALTERAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO PELA RECORRIDA, A TÍTULO DE REAJUSTE, NOS ANOS DE 2015 E 2016. NÃO ACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DE PERIGO DE DANO OU RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO APTO A JUSTIFICAR A MODIFICAÇÃO DA DECISÃO OBJURGADA NESTE INSTANTE PROCESSUAL, EM QUE O FEITO SE ENCONTRA PENDENTE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. PEDIDO RELACIONADO A PERÍODO PRETÉRITO E, POR CONSEQUENTE, ACASO DEFERIDO, ACARRETARIA VERDADEIRA ANTECIPAÇÃO DO MÉRITO DA DEMANDA DE ORIGEM, POIS ENSEJARIA A CONDENAÇÃO PREMATURA DA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE AO PAGAMENTO, JÁ NO INÍCIO DA LIDE, DE VALORES RETROATIVOS. REQUERIMENTO DA RECORRIDA DE CONDENAÇÃO DOS RECORRENTES AO PAGAMENTO DE VERBA HONORÁRIA. NÃO ACATADO. INAPLICABILIDADE DO ART. 85, §1º, DO NCPC, AO PRESENTE RECURSO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA MANTIDA. AGRAVO CONHECIDO E NÃO ACOLHIDO. UNANIMIDADE.

(TJAL, Agravo de Instrumento n. 0803956-67.2017.8.02.0000, 1ª Câmara Cível, Relator: Des. Fábio José Bittencourt Araújo, julgamento 10/11/2017)

Assunto: Inexistência de conduta ilícita que enseje o dano moral quando o atendimento médico for devidamente prestado, mesmo sem autorização do plano de saúde.



EMENTA: CÍVEL. CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA QUE CONDENOU A PARTE APELANTE AO PAGAMENTO DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, EM VIRTUDE DA NEGATIVA DE CONSULTA MÉDICA SOLICITADA PELO CONSUMIDOR. TESE DE QUE NÃO HOUVE A PRÁTICA DE CONDUITA ILÍCITA POR PARTE DA OPERADORA DE SAÚDE. ACOLHIDA. ASSISTÊNCIA MÉDICA DEVIDAMENTE PRESTADA, A DESPEITO DA NEGATIVA INICIALMENTE FORNECIDA. AUSÊNCIA DE UM DOS PRESSUPOSTOS DO DEVER DE INDENIZAR, RELATIVAMENTE AO ATO ILÍCITO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SITUAÇÃO VIVENCIADA PELO AUTOR QUE SE ENQUADRA COMO MERO DISSABOR. DESNECESSIDADE DE ENFRENTAMENTO DAS DEMAIS TESES SUSCITADAS NA PEÇA RECURSAL, ANTE O ACOLHIMENTO DE ALEGAÇÃO CAPAZ DE MODIFICAR INTEGRALMENTE O TEOR DO DECISUM. INTELIGÊNCIA DO ART. 485, §1º, IV, DO NCPC. SENTENÇA REFORMADA NO SENTIDO DE JULGAR IMPROCEDENTE O PLEITO AUTORAL. INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME

(TJAL, Apelação n. 0002807-23.2004.8.02.0001, 1ª Câmara Cível, Relator: Des. Fábio José Bittencourt Araújo, julgamento 10/11/2017)

Assunto: Possibilidade do credor possuidor de título executivo extrajudicial utilizar-se tanto da ação monitória como da ação executiva para a cobrança do crédito respectivo.



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. CREDOR MUNIDO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. INTERESSE PROCESSUAL. O credor munido de título executivo (contrato de confissão de dívida assinado por duas testemunhas) pode preferir a via da ação

monitória, situação que não causa prejuízo ao devedor, que dispõe da via dos embargos, de ampla cognição, para discutir a dívida. APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA.

(Relator(a): DURVAL AIRES FILHO; Comarca: Fortaleza; Órgão julgador: 4ª Câmara Direito Privado; Data do julgamento: 07/11/2017; Data de registro: 07/11/2017)

Assunto: Inexistência de dano indenizável quando o tratamento tenha se dado em hospital localizado fora da área de abrangência, sem que haja solicitação de autorização ou negativa injustificada.



APELAÇÃO CÍVEL - PLANO DE SAÚDE - TRATAMENTO MÉDICO E CIRÚRGICO - REALIZAÇÃO EM HOSPITAL LOCALIZADO FORA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA - AUSÊNCIA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO E DE NEGATIVA INJUSTIFICADA - AUSÊNCIA DE DANO E DE CONDUTA ILÍCITA - INDENIZAÇÃO NEGADA. Somente a negativa injustificada em autorizar o tratamento necessário, da forma como indicada pelo médico competente, é causa de danos morais, já que agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do paciente, posto que já se encontra com condição de dor e abalo emocional e, ainda, sujeito ao agravamento de seu estado de saúde. A realização de procedimentos médicos e cirúrgicos em hospitais localizados fora da área de abrangência de seu plano de saúde, por mera liberalidade do usuário, sem autorização, não obriga o custeio pela operadora do plano de saúde.

(TJMG - Apelação Cível 1.0647.14.007388-1/001, Relator(a): Des.(a) Mônica Libânio , 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/11/2017, publicação da súmula em 10/11/2017)

Assunto: Prevalência dos encargos moratórios contratuais sobre os legais, em homenagem à livre vontade dos contratantes.



APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. LAUDO PERICIAL. INCONSISTÊNCIA. BAIXA DO DÉBITO COMO PREJUÍZO CONFORME RESOLUÇÃO N. 2682 DO BACEN. QUITAÇÃO. INEXISTÊNCIA. ENCARGOS MORATÓRIOS CONTRATUAIS. PREVALÊNCIA SOBRE OS LEGAIS. SENTENÇA REFORMADA.

- Cabe ao juiz a valoração motivada das provas, não estando o julgador adstrito às conclusões periciais (artigos 371 e 479 do CPC 2015).

- A baixa do débito como prejuízo, nos termos da Resolução n. 2682 do Bacen, mero procedimento administrativo a ser adotado nos casos em que verificado o alto risco da dívida, não constitui impedimento a que o credor busque mecanismos para a satisfação de seu direito - que subsiste.

- Tendo as partes expressa e regularmente pactuado os encargos incidentes sobre o débito em caso de mora, não cabe ao julgador ignorar a disposição contratual e determinar a incidência apenas de encargos moratórios legais, em substituição à livre vontade dos contratantes.

(TJMG - Apelação Cível 1.0084.14.002332-0/001, Relator(a): Des.(a) José Marcos Vieira , 16ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 01/11/2017, publicação da súmula em 10/11/2017)

Assunto: Improcedência dos embargos à execução desacompanhados da indicação do valor entendido como correto e da memória de cálculo.



APELAÇÃO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - TEMPESTIVIDADE - LEGITIMIDADE DA AVALISTA PARA DISCUTIR CLÁUSULAS CONTRATUAIS - ALEGAÇÃO DE EXCESSO DA EXECUÇÃO - AUSÊNCIA DE PLANILHA DE DÉBITO - REJEIÇÃO LIMINAR DOS EMBARGOS. Os embargos apresentados de forma tempestiva por uma das executadas se aproveita aos demais. A avalista, dada a sua qualidade de devedora solidária nos contratos bancários, é legitimada para demandar pela revisão do instrumento contratual. Quando os embargos à execução tiverem por fundamento excesso de execução, o embargante deverá demonstrar na petição inicial o valor que entende correto, juntamente com a memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos.

(TJMG - Apelação Cível 1.0003.16.003999-0/001, Relator(a): Des.(a) Alberto Henrique , 13ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 26/10/2017, publicação da súmula em 10/11/2017)

Assunto: Garantia do direito do credor à restituição do bem alienado fiduciariamente quando da falência do devedor alienante.



APELAÇÃO - AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DO BEM - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - MASSA FALIDA - ARRECADAÇÃO DE BEM AFASTADA. Ao credor é assegurado, na falência do devedor alienante, o direito à restituição do bem alienado fiduciariamente.

(TJMG - Apelação Cível 1.0027.13.009604-6/001, Relator(a): Des.(a) Alberto Henrique , 13ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 26/10/2017, publicação da súmula em 10/11/2017)

Assunto: Inexistência de direito do paciente assistido por serviço de internação domiciliar ao custeio, pelo plano de saúde, de assistências extras que mesmo estando internado em hospital deveriam ser pagas pelos familiares (cuidador especial, fraldas, alimentos, etc.).



AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA - TUTELA DE URGÊNCIA - PLANO DE SAÚDE - SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DOMICILIAR - HOME CARE - DEFERIMENTO PARCIAL DA TUTELA - CUIDADOR ESPECIAL E FONOAUDIÓLOGO - NAO COBERTURA -GASTOS COM FRALDAS, ALIMENTOS E MEDICAMENTOS -RESPONSABILIDADE DOS FAMILIARES DO PACIENTE - DECISÃO MANTIDA. Para que seja concedida a tutela de urgência é necessário que estejam presentes os requisitos do art. 300 do CPC/15, quais sejam: a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Deve ser fornecido o serviço de internação domiciliar (home care), em sede de tutela de urgência, se consta dos autos relatório médico atestando a sua necessidade, ainda que exista cláusula restritiva no contrato de plano de saúde, que é de adesão, considerada a garantia constitucional do direito à vida. Tendo a decisão agravada determinado a concessão pela operadora de plano de saúde de toda a assistência médica necessária à manutenção da saúde da parte agravante, não se há de falar em cobertura das assistências extras, como é o caso do cuidador especial, fonoaudiólogo, fraldas, alimentos, dentre

outros, as quais, mesmo que o paciente estivesse internado em hospital, deveriam ser pagas pelos seus familiares e não pelo plano de saúde.

(TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0596.17.001270-9/001, Relator(a): Des.(a) José de Carvalho Barbosa , 13ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 26/10/2017, publicação da súmula em 10/11/2017)

Assunto: Legalidade da limitação de cobertura ao atendimento de urgência e emergência, para doença ou lesão preexistentes, às primeiras 12 horas de atendimento ambulatorial, quando estabelecida previamente tal cobertura parcial temporária.



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO COMINATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - PLANO DE SAÚDE - DOENÇA PREEXISTENTE - ART. 11 DA LEI 9.656/98 - COBERTURA PARCIAL TEMPORÁRIA - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA OU EMERGÊNCIA - COBERTURA LIMITADA ÀS PRIMEIRAS 12 HORAS DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL - ART. 35-C, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 9.656/98, REGULAMENTADO PELA RESOLUÇÃO CONSU Nº 13, DE 03/11/1998. 1 - No caso específico de plano de saúde que estabeleça cobertura parcial temporária por doenças e lesões preexistentes, a cobertura do atendimento de urgência e emergência para a doença ou lesão preexistente é limitada às primeiras 12 horas de atendimento ambulatorial, não cabendo à operadora a responsabilidade financeira de procedimentos exclusivos da cobertura hospitalar. 2 - Uma vez que a internação hospitalar e o implante de stent ocorreram dentro do prazo estabelecido para cobertura parcial temporária e em decorrência de lesão preexistente, tem-se que o indeferimento da cobertura pleiteada constituiu exercício regular do direito da operadora do plano de saúde.

(TJMG - Apelação Cível 1.0024.13.430101-9/001, Relator(a): Des.(a) Claret de Moraes , 10ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 31/10/2017, publicação da súmula em 10/11/2017)

Assunto: Ilegitimidade passiva da operadora de plano de saúde para a ação de reparação de danos comprovadamente causados por conduta irregular da empregadora que suspende indevidamente o plano de saúde do empregado.



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - SUSPENSÃO DE PLANO DE SAÚDE POR EMPREGADORA - IRREGULARIDADE DA CONDUTA RECONHECIDA PELO JUIZO TRABALHISTA - VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE - PREJUÍZOS DECORRENTES DA CONDUTA DA EMPREGADORA - ILEGITIMIDADE PASSIVA - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Considerando que os danos dos quais o autor pretende reparação foram causados por conduta irregular de sua empregadora, que suspendeu indevidamente o plano de saúde do autor, imperioso o reconhecimento da ilegitimidade passiva "ad causam" da operadora de plano de saúde.

(TJMG - Apelação Cível 1.0058.12.000590-3/001, Relator(a): Des.(a) João Cancio , 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/11/2017, publicação da súmula em 09/11/2017)

Assunto: Inexistência de abusividade nas taxas de juros remuneratórios que não excedam em 50% a taxa média do mercado.



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO REVISIONAL - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - POSSIBILIDADE - PEDIDO GENÉRICO DE EXCLUSÃO DE TAXAS, TARIFAS E SERVIÇOS - NÃO CABIMENTO - JUROS REMUNERATÓRIOS - LIMITAÇÃO - NÃO CABIMENTO - TAXA QUE NÃO SUPERA EM 50% À MÉDIA DO MERCADO INFORMADA PELO BACEN - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - VIABILIDADE - CONTRATO QUE A PREVIU E PACTUADO APÓS A MP nº 1.963-17/2000 - SUCUMBÊNCIA - IMPOSIÇÃO À PARTE VENCIDA - EFEITO LIBERATÓRIO - INVIABILIDADE - REQUISITOS NÃO VERIFICADOS.

- A proteção ao consumidor é norma constitucional e o CDC tem "status" de lei complementar, sendo que, por força dele, há muito a jurisprudência tem mitigado o princípio "pacta sunt servanda", permitindo-se a revisão de cláusulas contratuais.

- É inviável o pedido genérico de declaração de nulidade de taxas, tarifas e serviços, devendo ser conhecidos apenas aquelas individualizadas pela parte autora.

- Somente são consideradas abusivas as taxas de juros remuneratórios que superem em 50% a taxa média praticada no mercado.

- É admitida a capitalização mensal dos juros nos contratos celebrados por instituições financeiras, após 31 de março de 2000, em virtude do disposto na MP nº. 1.963-17/2000, e desde que haja pactuação expressa.

- Cabível a manutenção dos ônus da sucumbência, nos moldes como estabelecido na sentença, se com o julgamento do recurso não deixou a parte autora de ser a vencida na demanda.

- Inexistindo verossimilhança nas alegações sobre a ilegalidade ou abusividade dos encargos previstos para o período da normalidade contratual, impossível se torna o afastamento da mora e, com isso, a concessão de efeito liberatório para a não inclusão do nome do autor junto aos órgãos de restrição ao crédito, ou mesmo para a manutenção de sua posse sobre o bem.

(TJMG - Apelação Cível 1.0702.16.025521-3/002, Relator(a): Des.(a) Evandro Lopes da Costa Teixeira, 17ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 26/10/2017, publicação da súmula em 07/11/2017)

Assunto: Possibilidade de manejo da ação de reintegração de posse para a defesa da posse indireta, quando configurada a inadimplência do adquirente de imóvel objeto de alienação fiduciária.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LIMINAR. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. IMÓVEL. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. É possível o manejo da Ação de Reintegração de Posse para a defesa da posse indireta. Hipótese em que a inadimplência foi expressamente admitida, tendo o devedor deixado transcorrer o prazo que lhe foi deferido para quitação do

débito sem qualquer providência, com a posterior consolidação do domínio no patrimônio do credor.

V.V. Nas ações possessórias, a liminar de reintegração ou manutenção de posse será deferida quando houver a comprovação pela parte autora de sua posse anterior, do esbulho ou turbação praticada pelo réu, e a data de sua ocorrência, nos termos do artigo 927 do Código de Processo Civil. Tratando-se de ação de reintegração de posse baseada no ius possessionis, a discussão travada quanto a propriedade é irrelevante, pois o que se pretende tutelar é o direito de posse e não de propriedade.

(TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0351.15.003904-5/001, Relator(a): Des.(a) Tiago Pinto , 15ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 20/10/0017, publicação da súmula em 06/11/2017)

Assunto: Legalidade da retenção pela cooperativa de 10% dos valores pagos, conforme entendimento do STJ, para custeio das despesas, quando da desistência pelo cooperado.



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO C/C INDENIZAÇÃO. COOPERATIVA HABITACIONAL. A Autora pretende rescisão do contrato e devolução integral dos valores pagos, além de reparação por danos materiais, morais e perda de uma chance. Afirma cerceamento de defesa, eis que restou impedida de comprovar a ocorrência de fraude. Contrato por ela apresentado e corroborado pela Ré, que possui cláusulas claras, cuja leitura foi realizada pela Demandante. Direito de desistência pelo cooperado que deve observar o de retenção pela cooperativa de parte dos valores pagos para custeio das despesas. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que 10% do quantum são suficientes, estando correta a sentença. Inexistência de danos materiais e morais ante a inexistência de qualquer conduta ilícita da Ré. Perda de uma chance que não é real ou efetiva, já que a Autora optou em retirar-se da cooperativa. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

(TJRJ, Apelação 0331486-63.2016.8.19.0001, Des(a). LEILA MARIA RODRIGUES PINTO DE CARVALHO E ALBUQUERQUE - Julgamento: 05/09/2017 - VIGÉSIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR, DJe 06/11/2017)

Assunto: Não incidência de ISS sobre serviços de transporte intermunicipal e interestadual.



APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. COOPERATIVA DE MOTORISTAS DE TAXI DE ITAGUAÍ. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA CDA, CUJA COBRANÇA DE ISS NÃO PODERIA INCIDIR SOBRE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. ALEGAÇÃO DE INTEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS E QUE A COBRANÇA É DEVIDA POIS O ISSQN SOBRE O SERVIÇO DENTRO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO NÃO FOI PAGO. Intempestividade afastada por não ter constado do mandado de penhora o prazo para defesa, privilegiando-se o contraditório e a validade da intimação. Ainda que o lançamento do ISS tenha sido correto quanto ao serviço de transporte municipal, o lançamento se deu de forma equivocada quando aos demais, cuja base de cálculo é correspondente ao ICMS, de competência tributária

estadual. Impossibilidade de a CDA veicular cobrança sobre todo o faturamento da embargante, pois a maioria das notas fiscais e relatório de serviços dos exercícios de agosto a dezembro de 2004, onde estão discriminados a origem e o destino dos serviços de transporte prestados, indica que serviços de transporte eram prestados para além dos trajetos dentro do município. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(TJRJ, 0011512-78.2015.8.19.0024 - APELACAO / REMESSA NECESSARIA, Des(a). MARIA HELENA PINTO MACHADO - Julgamento: 08/11/2017 - QUARTA CÂMARA CÍVEL)

Assunto: Impossibilidade de manutenção de ex-empregado demitido sem justa causa em plano de saúde coletivo custeado exclusivamente pelo empregador, salvo expressa disposição contrária.



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL. DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PRETENSÃO DE MANUTENÇÃO DO PLANO. IMPOSSIBILIDADE. Sentença de procedência para condenar a segunda ré, UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO a indenizar o autor com o valor de R\$3.000,00 e extinção, sem análise do mérito, em relação a primeira ré, COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A. Recurso da segunda ré, Unimed. Nos planos de saúde coletivos custeados exclusivamente pelo empregador não há direito de permanência do ex-empregado aposentado ou demitido sem justa causa como beneficiário, salvo disposição contrária expressa. O plano de saúde fornecido pela empresa empregadora, a título gratuito, não possui natureza retributiva, não constituindo salário utilidade, sobretudo por não ser contraprestação ao trabalho. Coparticipação não se qualifica como contribuição, que significa o pagamento de uma mensalidade independente do uso dos serviços. Entendimento do STJ. Reforma da sentença para julgar improcedentes os pedidos contidos na ação. PROVIMENTO DO RECURSO.

(TJRJ, 0023280-31.2015.8.19.0014 - APELAÇÃO, Des(a). SÔNIA DE FÁTIMA DIAS - Julgamento: 08/11/2017 - VIGÉSIMA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR)

Assunto: Legalidade da obrigação do associado em responder pelo pagamento das taxas administrativas em atraso.



Apelação. Cooperativa. Finalidade de viabilizar a compra de imóveis a seus associados. Preço de custo. Ação de cobrança. Taxas administrativas. Preliminar. Prejudicialidade externa. Afastada. Dever do associado de contribuir com as taxas administrativas. Preliminar. Prejudicialidade externa. Afastada a arguição preliminar de suspensão do processo por prejudicialidade externa. A ação coletiva de prestação de contas que embasa a prejudicialidade externa, ajuizada pela apelante e outros associados contra a Cooperativa, foi extinta, sem exame de mérito, neste grau de jurisdição, transitando em julgado. Taxas administrativas. O associado responde pela cobrança das taxas administrativas em atraso da cooperativa em que é associado. Ausência de demonstração de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito do autor, nos termos do art. 333, II, do CPC/73. Sentença confirmada. Precedente. Apelação desprovida.

(Apelação Cível Nº 70069126803, Vigésima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Glênio José Wasserstein Hekman, Julgado em 08/11/2017, Publicado em 10/11/2017)

Assunto: Fixação do prazo prescricional de cinco anos do direito de ação de regresso do avalista que paga dívida firmada pelo avalizado.



APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE REGRESSO DO AVALISTA CONTRA O AVALIZADO. DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAÇÃO DOS RÉUS ESGOTADAS. CITAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE. NULIDADE NÃO VERIFICADA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. TERMO INICIAL. DATA DO PAGAMENTO DA DÍVIDA PELO AVALISTA. PRESCRIÇÃO NÃO IMPLEMENTADA. Não há falar em nulidade da citação por edital, uma vez que esgotadas as diligências para localizar os réus, mostrando-se inexitosas as inúmeras tentativas de citação pessoal. Prescrição quinquenal. Em se tratando de ação de regresso do avalista contra o avalizado, o prazo prescricional inicia da data do pagamento da dívida por aquele, prazo não decorrido no caso dos autos. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME.

(Apelação Cível Nº 70074452103, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 07/11/2017, Publicado em 09/11/2017)

Assunto: Impossibilidade de manutenção do aposentado em contrato coletivo empresarial nas mesmas condições de plano já extinto.



APELAÇÃO CÍVEL. PLANO DE SAÚDE. CONTRATO COLETIVO EMPRESARIAL RESCINDIDO. MANUTENÇÃO DO APOSENTADO NAS MESMAS CONDIÇÕES DE PLANO JÁ EXTINTO. IMPOSSIBILIDADE. FACULDADE DE MIGRAÇÃO PARA O NOVO PLANO CONTRATADO. ART. 24, RN 279 ANS. Apelo desprovido.

(Apelação Cível Nº 70074786906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Elisa Carpin Corrêa, Julgado em 26/10/2017, Publicado em 08/11/2017)

Assunto: Possibilidade de manutenção do beneficiário de plano de saúde empresarial quando exonerado ou rescindido o contrato de trabalho sem justa causa, desde que assuma o pagamento integral do prêmio.



APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. PLANOS DE SAÚDE. AÇÃO DE COBRANÇA. EM SE TRATANDO DE CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE EMPRESARIAL, É ASSEGURADO AO CONSUMIDOR QUE TENHA SIDO EXONERADO OU RESCINDIDO O CONTRATO DE TRABALHO SEM JUSTA CAUSA, A MANUTENÇÃO DA SUA CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIO, NOS MESMOS MOLDES DE COBERTURA ASSISTENCIAL DE QUE USUFRUÍA DURANTE A VIGÊNCIA DO PACTO LABORAL, DESDE QUE ASSUMA O SEU PAGAMENTO INTEGRAL DO PRÊMIO, NOS TERMOS DO ART. 30 DA LEI N.º 9.656/98. HIPÓTESE EM QUE NÃO LOGROU A PARTE AUTORA COMPROVAR SEQUER A SOLICITAÇÃO DE MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE NA FORMA DO PRECITADO ART. 30 DA LEI N.º 9.656/98, OU A CONTINUIDADE DO

ADIMPLEMTO DO PRÊMIO, INEXISTINDO, AINDA, PEDIDO NESSE SENTIDO NO BOJO DA INICIAL. APELO DESPROVIDO.

(Apelação Cível Nº 70074349069, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Elisa Carpim Corrêa, Julgado em 26/10/2017, Publicado em 06/11/2017)

Assunto: Necessidade de demonstração do débito e indicação do valor que se entende correto em ação de embargos fundados em excesso de execução.



APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - CRÉDITO FIXO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DO EMBARGANTE. 1. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO TÍTULO EXEQUENDO ANTE A NECESSIDADE DE ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES. NÃO ACOLHIMENTO. CONTRATO SOCIAL À ÉPOCA DA ASSINATURA DA CÉDULA DE CRÉDITO EXEQUENDA QUE PERMITIA A UTILIZAÇÃO DA FIRMA POR UM DOS SÓCIOS DE FORMA ISOLADA. 2. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REVISAR OS CONTRATOS ANTERIORES. POSSIBILIDADE, DESDE QUE ESPECIFICADOS OS CONTRATOS E AS ABUSIVIDADES NELE AVISTADAS. NÃO OCORRÊNCIA NO CASO. AUSÊNCIA DE PROVA DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO REVISADO COM A CONTA CORRENTE CITADA NA INICIAL, BEM COMO DE ESPECIFICAÇÃO DAS ILEGALIDADES VERIFICADAS NA REFERIDA CONTA CORRENTE. 3. EXCESSO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRATIVO DO DÉBITO E INDICAÇÃO DO VALOR CORRETO. FUNDAMENTO NÃO CONHECIDO. ARTIGO 917, §4º, INCISO II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 4. HONORÁRIOS RECURSAIS (ARTIGO 85, § 11º, CPC). MAJORAÇÃO DEVIDA AO PATRONO DA PARTE EMBARGADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 13ª C. Cível - AC - 1728064-7 - Andirá - Rel.: Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira - Unânime - J. 01.11.2017, Publicado em 10/11/2017)

Assunto: Não afastamento da liquidez da cédula de crédito bancário diante de suposto excesso de execução.



EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. 1. RECONHECIDA CONEXÃO DA PRESENTE EXECUÇÃO COM A AÇÃO MONITÓRIA, PELO JUÍZO DE ORIGEM. CONEXÃO NÃO VERIFICADA. DESNECESSIDADE DE SE MANTER OS AUTOS APENSADOS. 2. ILIQUIDEZ DO TÍTULO NÃO VERIFICADA. SUPOSTO EXCESSO DE EXECUÇÃO NÃO AFASTA A LIQUIDEZ DO TÍTULO. 3. RECURSO PROVIDO.

(TJPR - 16ª C. Cível - AC - 1578002-8 - Barracão - Rel.: Lauro Laertes de Oliveira - Unânime - J. 25.10.2017, Publicado em 07/11/2017)

Assunto: Possibilidade de penhora de valores bloqueados via Bacenjud pela ausência de provas que os referidos valores estejam vinculados à conta poupança do devedor.



AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTIGO 1.015 DO CPC/2015). DECISÃO QUE RECONHECE A IMPENHORABILIDADE DE VALORES BLOQUEADOS VIA BACENJUD E DETERMINA SEU LEVANTAMENTO. RECURSO DA EXEQUENTE. INSURGÊNCIA SOB O ARGUMENTO DE QUE A PARTE DEVEDORA NÃO COMPROVOU QUE A CONTA CORRENTE BLOQUEADA É UTILIZADA EXCLUSIVAMENTE PARA O RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, BEM COMO QUE NÃO HÁ PROVA DE QUE OS VALORES ACUMULADOS FORAM DESTINADOS À CONTA POUPANÇA. VALORES DEPOSITADOS EM CONTA CORRENTE, VALOR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO REFERENTE AO MESMO MÊS DE SEU RECEBIMENTO, ABSOLUTAMENTE IMPENHORÁVEL, CONFORME DETERMINA O ARTIGO 833, IV, DO CPC/2015. VALORES ACUMULADOS DECORRENTES DE RESGATES E APLICAÇÕES DE INVESTIMENTOS, AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE ESTEJAM VINCULADOS À CONTA POUPANÇA, ÔNUS DA DEVEDORA. IMPENHORABILIDADE QUE NÃO SE VERIFICA. VALOR ACUMULADO NÃO UTILIZADO PARA A SUBSISTÊNCIA DA EXECUTADA, PERDA DO CARÁTER ALIMENTAR. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. "[...] A impenhorabilidade do salário não abrange aqueles valores acumulados ao longo de mais de ano, os quais ficaram intocados em conta corrente sujeita a acréscimos decorrentes da incidência de juros e correção monetária, pois perderam a característica de sustento do devedor e de sua família. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2014.059280-5, de Joinville, rel. Des. Jânio Machado, j. 26-02-2015)."

(TJSC, Agravo de Instrumento n. 4005918-78.2017.8.24.0000, de Maravilha, rel. Des. Luiz Zanelato, Primeira Câmara de Direito Comercial, j. 09-11-2017)

Assunto: Possibilidade de consulta de bens através do Sistema Infojud mesmo ausente prévio exaurimento das vias administrativas.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DECISÃO QUE INDEFERIU A CONSULTA DE BENS ATRAVÉS DO SISTEMA INFOJUD. INSURGÊNCIA DA EXEQUENTE. PROVIDÊNCIA QUE INDEPENDE DO PRÉVIO EXAURIMENTO DAS VIAS ADMINISTRATIVAS. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. "[...] o STJ posiciona-se no sentido de que o entendimento adotado para o Bacenjud deve ser aplicado ao Renajud e ao Infojud, haja vista que são meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados. [...]" (REsp 1582421/SP, Relator: Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, j. 19-04-2016) (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4009473-40.2016.8.24.0000, de Ibirama, rel. Des. Paulo Ricardo Bruschi, j. 06-07-2017).

(TJSC, Agravo de Instrumento n. 4010729-18.2016.8.24.0000, da Capital, rel. Des. Jaime Machado Junior, Terceira Câmara de Direito Comercial, j. 09-11-2017)



23 processos pautados no Superior Tribunal de Justiça.



SAÚDE

11 recursos no STJ



CRÉDITO

04 recursos no STJ



AGROPECUÁRIO

04 recursos no STJ



TRANSPORTE

02 recursos no STJ



HABITACIONAL

02 recursos no STJ

Clique e acesse a pauta completa no STJ



Elaborado pela Assessoria Jurídica da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

61 3217-2104 - www.somuscooperativismo.coop.br

coop
Cooperativas
unidas por
um único propósito

Sistema OCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP